

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE MARABÁ
NÚCLEO DE PARAUAPEBAS**

SSPI



**EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL
ANÁLISE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS**

*Trabalho final apresentado ao Colegiado
de Licenciado Pleno em Pedagogia –
Habilitação Magistério – realizado sob a
Orientação da Prof^a Ms. Rosimé Meguins*

**TEREZA CRISTINA S. OLIVEIRA
HILCARLA S. P. NOGUEIRA
MARIA JOSÉ DE MORAES MURTA**

UFFPA - CAMPUS - Biblioteca
Data: 27/04/2000
Origem: Pedagogia
Cód.: 370

99

PEDAGOGIA
ETIQUETA Nº55

“Ao longo da história do homem sobre a terra, a deficiência física ou mental sempre existiram e a rejeição ao deficiente vem sendo uma constante. Primitivamente matava-se física ou socialmente, pela segregação. Povos houveram, que fizeram dos deficientes abandonados à parte do templo ou isolados em uma instituição assistência mantida por esmolas, objetos uma falsa caridade porque, através do dinheiro doado é que os mantinham isolados em um asilo, comprava-se o passaporte para o céu”. (Sidney de Carvalho Rosadas, Educação Física para Deficientes, 1999).

AGRADECIMENTOS

Às Associações que compartilharam deste trabalho, indo à luta conosco, e foram imprescindíveis na realização do Censo que constituiu-se em uma das etapas do projeto.

À FUMEP - Fundação de Educação do Município de Parauapebas - que juntamente ao governo do município e a UFPa, tornou possível o convênio deste curso.

À diretora da Escola Chico Mendes e à Presidente da APAE que gentilmente nos recebeu e colocaram toda a bibliografia existente ao nosso dispor.

À nossa orientadora Rosimé, que desde o primeiro contato demonstrou confiança na nossa capacidade como estudantes desejosas de realizar um trabalho de pesquisa que fosse útil à nossa comunidade.

Às nossas famílias que nos incentivaram e caminharam conosco em direção à vitória da conclusão do curso.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL
ANÁLISE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

O OBJETO DE ESTUDO ORA APRESENTADO À UFPA.,
INSERIDO NO PROGRAMA DE PEDAGOGIA, ESTUDA
TEORICAMENTE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL
E DIAGNOSTICA E DISCUTE A REAL SITUAÇÃO DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO.

SUMÁRIO

Capítulo I

<i>Introdução</i>	06
<i>A Educação Especial no Brasil a partir dos anos 70</i>	08
<i>1 – Formação dos Professores</i>	11
<i>2 – Situação Atual</i>	15
<i>2.1 - A Proposta Curricular da Classe Especial DM</i>	15
<i>2.2 - A Programação Curricular: Período Preparatório e Período de Alfabetização</i>	17
<i>2.3 - Acompanhamento</i>	20
<i>2.4 - Avaliação</i>	21
<i>2.5 - A Formação dos Professores</i>	23

Capítulo II

Parte I

<i>Justificativa</i>	26
----------------------------	----

Parte II

<i>Problemática</i>	27
<i>Análise de dados</i>	29

Capítulo III

<i>Concretização dos Objetivos</i>	31
--	----

Capítulo IV

<i>Conclusão</i>	33
------------------------	----

Anexo

<i>Oração do Excepcional</i>	35
<i>Bibliografia Geral</i>	36

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Numa época em que o humanismo ainda não tinha seus princípios delineados, ^{*} os portadores de deficiências eram sacrificados porque nada de útil representavam para a sociedade. Assim, durante séculos os deficientes viveram à margem do convívio social.

A história da Educação Especial só começou a mudar quando o direito à igualdade e à cidadania tornaram-se preocupação dos pensadores. A mudança ocorreu, mas não de forma satisfatória, pois veio revestida dos sentimentos de compaixão que perduram até os dias atuais.

As dificuldades encontradas em todo o Brasil com relação à Educação Especial não são poucas, principalmente no que diz respeito à colaboração, uma vez que apenas cerca de 1% dos deficientes recebem atualmente atendimento educacional.

A Educação Especial deve encorajar a participação dos familiares no processo educativo prestando-lhes apoio quando necessário e agindo como mediadores na educação do excepcional. O aluno deverá continuar em casa o trabalho realizado na escola.

Mas para que isso aconteça é necessário que os familiares tenham o apoio da comunidade em geral, uma vez que muitos desses são pessoas necessitadas e mal conseguem colocar seus filhos na escola.

É necessária também a cooperação de profissionais que tenham atuação paralela ao trabalho do professor como: médico, fisioterapeuta, psicólogo, assistente social, ortopedista, fonoaudiólogo, neurologista, entre outros.

O livro do MEC - Política Nacional de Educação Especial, cita:

“Educação Especial é a ciência e a arte de estabelecer objetivos gerais e específicos, decorrentes da interpretação dos interesses, necessidades e aspirações de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas (problemas de conduta) e de altas habilidades (superdotados), assim como de bem orientar todas as atividades que garantam a conquista e a manutenção de tais objetivos.”

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 10% da população Mundial é portadora de alguma deficiência e a estimativa é de 500 milhões de deficientes. No Brasil este número equívale a aproximadamente 15 milhões de pessoas como mostra o quadro abaixo.

QUADRO I

DEFICIÊNCIAS	% ONU	POPULAÇÃO BRASIL
MENTAL	5,0	7.500.000
FÍSICA	2,0	3.000.000
AUDITIVA	1,5	2.250.000
MÚLTIPLA	1,0	1.500.000
VISUAL	0,5	750.000
TOTAL	10,0	15.000.000

(Dados extraídos da Coleção especial, Federação Nacional das APAES, Volume 1, 1993, pg. 10)

O Ministério da Educação do Brasil indica as estatísticas de atendimento em todo o país, no ano de 1990: apenas 3% do total dos alunos estimados como deficientes estão matriculados em escolas. Destes, 47% no pré-escolar, 53% no 1º. grau e 0,3% no 2º. grau. O atendimento se dá em instituições especializadas, em sua maioria, particulares, (80%), principalmente nas regiões sul e sudeste do país.

Este estudo visa a caracterização da Educação Especial no Município de Parauapebas, com o objetivo de realizar um diagnóstico inicial desta área da Educação, onde se possa retratar, o mais fielmente possível, a realidade existente. Evidenciando, de forma paralela as ações que estão sendo desenvolvidas e as carências detectadas nestas ações.

O nosso trabalho é de suma importância para o município e precisa ser operacionalizado através de um esforço conjunto entre escola e comunidade, que deverão adquirir uma nova visão da Educação Especial, contribuindo de forma significativa com esta população minoritária no sistema de ensino.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 70

Até 1970, o atendimento aos portadores de necessidades especiais tinha caráter assistencialista e era conduzido por técnicos especializados na área.

SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES A NÍVEL NACIONAL

CRONOLOGIA

QUADRO II

ANO	INSTITUIÇÕES
1954	Conselho Brasileiro para o Bem Estar dos Cegos
1962	Federação Nacional das APAES
1970	Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi
1973	Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) - Instituto Benjamin Constant (IBB) - Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)
1974	Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais
1980	I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes (COALIZÃO NACIONAL)
1984	Federação Brasileira de Entidades de Cegos - ONEDEF - Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos - FENEIS - Federação Nacional de Educação e Reintegração de Surdos - MORHAN - Movimento de Reintegração dos Hansenianos - Conselho Brasileiro de Entidades de Pessoas Deficientes (substitui a Coalizão Nacional)
1985	Sociedade Brasileira dos Otomizados
1986	Coordenadoria Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (CORDE)
1987	Associação de Paralisia Cerebral do Brasil (APCB)

Inicialmente, as instituições foram criadas pelos movimentos das próprias pessoas portadoras de deficiências, motivadas pelo movimento mundial detonado pela ONU, que instituiu o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, em 1981.

Esse movimento gerou o I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, em Brasília, com a presença de cerca de mil participantes, representantes de cegos, surdos, deficientes físicos e hansenianos de todo o Brasil, em 1980. Neste encontro aprovou-se a primeira pauta de lutas do grupo, gerando a criação da primeira entidade representativa - COALIZÃO NACIONAL - que adotou a política a ser adotada em 1981, no Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD).

A partir daí, a problemática da deficiência passou a ser discutida pelos próprios portadores de deficiências.

A Coalizão Nacional foi substituída pelo Conselho Brasileiro de Entidades de Pessoas Deficientes que atuou até 1986 e hoje encontra-se desativado.

O CENESP, ligado ao MEC passou a buscar ações para expandir e melhorar a Educação Especial em todo o Brasil.

A CORDE, baseada no Plano Nacional e Ação Conjunta para Integração da Pessoa com Deficiência, foi criada através da Lei 7853, estabelecendo o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência e sua efetiva integração social.

Hoje, a CORDE é ligada ao Ministério de Ação Social. A ONDEF representa a área de deficiência física, junto ao Disable People's International, através do Conselho Latino Americano.

Os deficientes visuais estão filiados à União Mundial dos Cegos - UMC - e à União Latino Americana dos Cegos - ULAC.

Os deficientes auditivos (FENEIS), estão ligados ao World Federation of Deaf.

O trabalho das lideranças levou à luta para modificar a postura da sociedade e do governo com relação aos portadores de deficiências.

O paternalismo deu lugar à equiparação das oportunidades e a tutela, à cidadania.

Essa é a proposta da Constituição de 1988.

“A educação das pessoas portadoras de deficiência deverá ser garantido pelo Estado, por meio de um atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (Art. 208, Inciso III da Constituição Federal)

Bem como o artigo 2º da Lei Federal N.º 7.853, de 1989, que explicita que ao poder público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação. Além de a oferta obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino, bem como, a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares, de pessoas portadoras de deficiência capazes de interagirem no sistema regular de ensino. (idem, idem).

Observa-se que o quadro apresentado pela realidade da educação Especial como um todo, evidencia um descompsto entre a necessidade e o que efetivamente se encontra no atendimento dispensado a este grupo. As leis parecem ser medidas buscadas para corrigir erros ainda existentes. Apesar das leis muito precisa ser feito para alterarmos o que ainda observamos.

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

O Conselho Nacional de Educação aprovou a Portaria 1793/94, que visando atender aos alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais, determinava que os educadores deveriam possuir conhecimentos referentes à Psicologia e Epistemologias Genéticas de Peaget, Vygotsky e Wallon, além de habilidades técnicas que propiciem aplicação pertinente em salas de aulas, dos princípios destes autores e capacidade de planejar, criar e vivenciar situações que favoreçam o desenvolvimento global dos alunos.

No parecer 7171, do Conselho Superior de Educação reza que o educador atuante na Educação Especial deve ter formação de nível superior. Em 1987, dos 2226 professores ligados à Educação Especial, 1749 não possuíam formação superior. (José Geraldo Silveira Bueno, apud Eunice, -ano- pg. 6.)

Em 1993, Mazotta, (idem, pg. 7), apresenta um retrato difícil no que diz respeito à formação dos professores, pois proliferam os cursos noturnos, com reduzida atenção ao aspecto prático da formação e carga horária em disciplinas específicas muito aquém do que realmente seria necessário para formar educadores nesta área.

Segundo Mazotta, os cursos regulares de formação especial surgiram em 1955. Até 1972 estes cursos eram oferecidos como especialização pós-normal e a partir daí, a oferta passou a ser feita também em nível de 3º grau, sob a forma de habilitação específica do curso de Pedagogia. A formação do educador especial no Brasil, que tem contribuído de forma bastante significativa na formação dos professores.

Apesar da atuação nas Universidades na área de Educação Especial, ainda faltam muitos recursos necessários à complementação educacional do deficiente no que diz respeito ao acompanhamento psicológico e pedagógico especializado

A dificuldade existente a respeito da formação dos professores se dá em todas as áreas, porém aqui nos atemos a apresentar dados de z: Autismo e DA

Até 1993, não existia um curso de formação específica para professores de autistas e para que esta deficiência seja identificada é necessário que os educadores tenham acesso ao DSM III R (Diagnostic and Statistical Manual), o qual permite avaliar o aluno de forma mais abrangente, de acordo com a Associação Americana de Psiquiatria.

São usadas também escalas diagnósticas como a Lista de Diagnóstico de Autismo (Revière, 1984), o Catálogo de Características e Sintomas para o reconhecimento da Síndrome de Autismo de H. E. Kehrler e a Escala de Características Autista (National Society for Autistic Children e pela American Psychiatric Association).

No caso específico do autismo, todo programa educativo deve utilizar meios para que o indivíduo autista se encontre em situações as mais normais possíveis do seu cotidiano.

O professor do autista deve basear-se na Pedagogia Waldorf (Kiigelgen, 1960, Soins, 1979) que ensina como direcionar sua prática pedagógica, valorizando um rotina diária, bem estruturada e os elementos da natureza. A abordagem de aprendizagem deve ser vivenciada pelo aluno, sempre se respeitando sua condição humana e usando a música como recurso importante nas horas específicas como chegada, saída, hora do lanche, etc.

A preparação dos professores autistas tem sido feita através de cursos especializados em Educação Especial e/ou em estágios supervisionados em instituições que oferecem este atendimento.

A Educação do deficiente auditivo desenvolveu-se a partir da criação do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos em 1857. A segunda escola especial destinada a eles foi o Instituto Santa Terezinha em São Paulo, fundada em 1929.

Os professores do deficiente auditivo em nosso país, em sua maioria não estão habilitados, normalmente com processos de formação emergencial, cuja duração não têm ultrapassado 180 horas.

Quadro Estatísticos de Formação de Professores 1987 - Professores para Deficientes Auditivos

QUADRO III

Nº de Professores	Formação
1226	2º grau completo
142	1º grau completo
371	Não possuíam nenhuma formação
1749	Total de professores em 1987 nesta área

Mazotta, (1982, p. 68) aponta que em 1980 existiam apenas cinco cursos de Pedagogia no Estado de São Paulo que ofereciam habilitação específica para Deficientes Auditivos. Até 1993, não havia informações sobre a abertura de outros cursos

Segundo Bueno (A Educação do Deficiente Auditivo no Brasil - Situação atual e perspectivas, pg. 34, in Em Alberto, Brasília, ano 13, nº 60, out/dez, 1993), "a eliminação dos antigos cursos de especialização pós-escola normal e sua substituição pela exigência de formação dentro do curso de Pedagogia não só se encaminhou no sentido de uma melhor qualificação como permitiu, dada sua pouca proliferação, a manutenção de um "eterno esquema emergencial de formação", com cursos de curtíssima duração.

A superação dessa situação é uma conseqüente política de formação pessoal é, portanto, fundamental para a qualificação progressiva do deficiente auditivo em nosso país.

O primeiro curso de especialização para professores de deficientes visuais foi oferecido pela Fundação Getúlio Vargas em convênio com o Instituto Benjamin Constant.

A formação dos professores permaneceu durante uma década em nível de 2º grau, que foram extintos pela Deliberação CEE nº 15/71. A especialização em nível de 3º grau foi iniciada em 1976.

Autores já ressaltam a relevância do trabalho pedagógico voltado para as formas de estimular de modo que esta seja capaz de promover o desenvolvimento. Vygotsky (1991) afirmava:

"...o processo de desenvolvimento, progredindo de forma lenta é que vai a reboque do processo de aprendizagem" e é importante que se tenha consciência da sua opinião a respeito da Educação Especial "o sistema de ensino baseado somente no concreto(...) falha em ajudar as crianças retardadas a superarem as suas deficiências inatas, além de reforçar essas deficiências (...). Precisamente porque as crianças retardadas, quando deixadas a si mesmas, nunca atingirão formas bem elaboradas do pensamento abstrato, a escola deveria fazer todo o esforço para empurrá-las nessa direção, para desenvolver nelas o que está intrinsecamente faltando no seu próprio desenvolvimento" (p. 100).

No seu artigo, A Política da Educação Especial no Brasil, Roselá Edler Carvalho, (Em Aberto, Brasília, 1993), afirma que apesar do difícil passado da Educação Especial em nosso país, as transformações, embora lentas, caminham prevalecendo "as idéias de respeito às diferenças individuais e do direito à igualdade de oportunidades que todos devem ter, sem discriminações ou privilégios".(p.----)

É preciso que a criança portadora de necessidades especiais tenha acesso ao que Kerk e Gallanger (1991, p. 9) denominam "enfoque ecológico", que seria a integração da criança com o ambiente, considerando todo o conteúdo sócio-econômico, político e cultural em que está inserida.

Este "enfoque ecológico" encaminha a mudança na terminologia; "em vez de deficientes e de excepcionais, passou-se a chamá-los de pessoas portadoras de deficiências, de condutas-típicas ou de altas habilidades, quando superdotadas". (idem, pg. 93).

A integração da criança deficiente no ensino regular também faz parte da proposta de "enfoque ecológico", envolvendo aí, os educadores, a família, a escola e a comunidade.

Enfim, temos aí, uma breve fundamentação teórica sobre a formação dos portadores de necessidades especiais, esperando estar contribuindo com nossas informações com a área de Educação Especial.

A Universidade deverá incentivar na formação dos educadores dos PNEE's, o domínio do saber a ser transmitido para a correta apresentação deste saber pelo aluno.

Além disso, o professor deverá ser preparado para ter clara a inter-relação entre o currículo, os métodos de ensino e sua prática em sala de aula para compreender as múltiplas facetas existentes entre escola e sociedade.

II – A SITUAÇÃO ATUAL

2.1 A PROPOSTA CURRICULAR DA CLASSE ESPECIAL DM

A proposta curricular da classe especial DM, adotada pelo município de Parauapebas e reformulada em 1995, está embasada em princípios éticos fundamentais, e em cada uma de suas etapas, a preocupação constante é apresentar um conteúdo acessível e alicerçado na realidade amazônica, podendo ser adaptado as necessidades de cada região.

Sua elaboração pressupõe a construção ou reconstrução do conhecimento a partir da experiência de cada aluno no contexto histórico, social e cultural.

A proposta curricular utiliza métodos e técnicas pedagógicas adequadas que podem proporcionar um ensino criativo, produtivo que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos Portadores de Necessidades Educativas Especiais enquanto pessoas, em busca do exercício pleno da cidadania.

Visa instrumentalizar o educador de forma dinâmica, no desempenho da ação docente, fornecendo-lhe subsídios que atendam as necessidades educativas especiais (PNEE's), no seu desenvolvimento global e na busca de uma integridade no contexto social e de sua cidadania.

Na proposta, os conteúdos programáticos são apresentados voltados para interdisciplinaridade entendida como afinidade entre conteúdos a serem trabalhados, mas também, como uma visão de totalidade de conhecimentos, cuja teoria e prática são concomitantes no processo da ação educacional.

Tal proposta apresenta-se dividida em três (03) períodos de estudos: Preparatório, de Alfabetização e de fixação e aprimoramento. O tempo de duração de cada período de estudo depende do avanço progressivo do aluno, de seu ritmo específico e do desenvolvimento global apresentado pelo meio que o professor, seja coerente quanto à orientação metodológica e os critérios de avaliação, os quais aplicados numa ação pedagógica dinâmica, possam refletir a postura de um educador de classe especial, que acredita nas possibilidades de aluno Portador de Necessidades Educativas Especiais.

O objetivo geral da proposta, foi proporcionar ao Educador da classe Especial da categoria de deficiência mental, um documento norteador de trabalho, para permitir o desenvolvimento de uma ação técnico pedagógica eficaz voltada para a formação do educando Portador de Necessidades Educativas Especiais como um ser crítico, participativo e atuante na sociedade.

Como objetivo específico, visa oportunizar ao educando Portador de Deficiência mental, experiências educacionais necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista seu retorno à escolaridade do ensino comum e ou preparação para o mercado de trabalho.

Para fundamentação teórica, a equipe técnica da categoria de Deficiência Mental, escolheu contribuições do referencial cognitivista e humanista, sem no entanto descartar contribuições das demais abordagens de ensino.

Na proposta, o homem é entendido como um ser único, situado no mundo, e em processo contínuo de descoberta de seu próprio ser, ligando-se a outras pessoas e grupos com o objetivo de auto realização e uso pleno de suas potencialidades.

No que se refere à educação, esta assume um significado mais amplo, pois trata-se da educação do ser humano e não apenas do educando em situação escolar. A mesma não consiste em transmissões de verdades, informações e modelos, mas em uma educação onde o educando aprenda por si mesmo a conquistar estas verdades, através de situações desafiadoras.

O conhecimento é um todo organizado, que vai sendo construído através da própria ação discente, porém necessita que o educador o estimule na organização do seu pensamento, objetivando o desenvolvimento de sua inteligência e de sua autonomia intelectual e moral.

A noção de desenvolvimento do ser humano encontra-se embasado em fases que se inter-relacionam e se sucedem até que atinjam estágios de inteligência. Considera o aluno como um sistema aberto, que estabelece reestruturações sucessivas em busca de estágios finais sem nunca alcança-los por completo. Estes estágios evoluíram do mais primitivo, do menos móvel, em direção do pensamento hipotético dedutivo, onde adquire mecanismos que possibilitarão integração ao meio, podendo utilizar o processo de descoberta e de criação como instrumento e adaptação às suas necessidades.

2.2 A PROGRAMAÇÃO CURRICULAR: PERÍODO PREPARATÓRIO E PERÍODO DE ALFABETIZAÇÃO

A programação curricular para o período preparatório, com base na psicomotricidade, propõe atividades que visem resgatar o movimento interno do educando, através do auto-conhecimento interno do educando, da expressão da criatividade e da potencialidade, permitindo-lhe expandir a inteligência e recriar seu mundo a partir das próprias necessidades.

Compreende-se a Psicomotricidade, como a capacidade do indivíduo relacionar-se através da ação, tomando consciência de si, implicando corpo e mente como unidade indivisível e assim beneficiando sua própria integração, a relação de si com o outro e com o meio.

A integração do indivíduo consigo, não permite que haja separação entre as atividades físicas, psíquicas e relacionais, já que os movimentos internos ou externos são interdependentes e expressão o ser na sua totalidade. É o resgate da unidade do Ser Humano.

Neste sentido, não se deve entender o indivíduo de forma fragmentada, trabalhando isoladamente a imagem corporal, a orientação espacial, lateralidade, orientação temporal, ritmo, percepção e discriminação visual, tátil, olfativa, auditiva, gustativa, coordenação visomotora, memória, atenção, concentração, classificação, seriação, seqüência, análise, síntese, raciocínio, comunicação verbal, desenvolvimento afetivo e atividade da vida diária. Estes são aspectos que estão sempre interligados entre si.

Neste período, ao realizar as atividades com o educando, o educador deve proporcionar o desenvolvimento de habilidades de expressão oral, de socialização, aprendizagem, auto-conhecimento, expansão de inteligência, produção criativa, etc., de modo globalizado, não devendo realizar atividades que envolvam apenas a comunicação verbal, por exemplo, com objetivo de atender, habilidades em expressão oral, pois a medida que o educando "fala", está intrinsecamente aprimorando o raciocínio, a memória, a atenção, o ritmo, a comunicação não verbal e etc.

Vale ressaltar que a psicomotricidade não tem um momento único na vida do educando. A ênfase dada no Período Preparatório é apenas didática, sendo que a mesma será vivenciada em toda a ação educadora, de modo interdisciplinar, independente do conteúdo e da atividade a ser realizada.

Destaca-se ainda, que no Período Preparatório, que o interesse do aluno poderá voltar-se também para outros conteúdos, tais como: a leitura e escrita do seu nome, o reconhecimento e identificação de letras do alfabeto e o desenvolvimento da leitura incidental. E este aprendizado deverá partir de palavras significativas, em especial do nome do aluno e expressões trazidas por ele do seu cotidiano.

E para que isto ocorra, é necessário que o ambiente escolar seja estimulativo,

oferecendo recursos que favoreçam a iniciação da leitura e da escrita.

Com relação ao Período de Alfabetização, destaca-se que o educando, ao chegar à Escola, traz consigo o domínio da oralidade da língua, entretanto ainda tem restritas experiências em relação ao sistema de representação gráfica – expressão escrita. Apesar disso, já elabora hipótese quando tenta escrever alguma coisa, criando seus próprios conceitos, antes mesmo de compreender a natureza do sistema alfabético da escrita.

Para promover a interação dessas duas experiências – resgatar e ampliar o universo oral que o aluno já possui e consolidar as hipóteses que já formula em relação à escrita, é necessário conceber a aprendizagem da leitura e da escrita, como uma forma de interpretar o mundo transformando-a num ato de crescimento consciente.

Nesse sentido entende-se que o ato de ler não é mais identificado como a simples decifração mecânica de sinais gráficos, nem a escrita com a representação gráfica de “sons que saem da boca”.

O ato de ler e escrever passa a requerer a participação ativa daquele que o realiza, numa reconstrução inteligente da significação, a qual necessita do leitor a capacidade criativa, e iniciativa para formular hipóteses e suas habilidades interceptivas.

Diante dessa perspectiva, as vivências do educando no seu dia-a-dia, o relato de suas experiências deverão se constituir no principal ponto de partida para o trabalho do educador nas atividades de ensino aprendizagem.

Sendo assim, o processo de alfabetização, intensifica a experiência do aluno no universo mágico das palavras.

E com intuito de encontrar caminhos mais satisfatório, no que se refere ao desenvolvimento do discente Portador de Necessidades Educativas Especiais, em nível de Alfabetização optou-se pelo método Analítico-Sintético, partindo-se do Processo de Palavração, numa abordagem que compreende o aluno como um ser que se auto-desenvolve, cujo, processo de aprendizagem possibilitará ao mesmo atividades básicas nas quais poderá construir sua própria ação, experimentando, observando, comparando, relacionando, encaixando, compondo, levantando hipóteses, argumentando etc.

Nesse processo as palavras inicialmente trabalhadas, deverão ser oriundas exclusivamente da vivência e do interesse do aluno, isto é, deverão ser altamente significativas na vida do educando. O aluno ao passar para o período de fixação e aprimoramento, encontra-se em um estágio mais adiantado; sabendo ler e escrever, interpreta frases e pequenos textos, opera números e realiza cálculos. O professor ao longo desse processo deverá acompanhar o desenvolvimento do potencial do aluno, oportunizando sua integração na Rede Comum bem como atentar para interesses ocupacionais dos discentes, possibilitando atividades práticas nas quais se evidenciem suas aptidões.

Nos diversos períodos de estudo que constituem a proposta curricular, o aluno deverá ser continuamente avaliado, tendo em vista a identificação de experiências e habilidades que traz, e que podem ser úteis a situação de Ensino-aprendizagem.

2.3 ACOMPANHAMENTO

Mesmo sendo, a integração de crianças portadoras de deficiência na rede regular de ensino, um direito garantido pela Constituição Federal, é necessário que a comunidade escolar se disponha a aceitá-la.

Tal situação não pode, portanto, ser algo imposto de cima para baixo, e sim começar pela atuação dos professores, que, como líderes devem torna-se agentes modificadores da situação atual de segregação desses alunos.

A escola deverá estar preparada para receber educandos portadores de deficiência múltipla nos níveis de ensino.

Quanto aos aspectos pedagógicos, à equipe multidisciplinar competirá dar toda assistência educacional ao aluno por meio de um plano conjunto que atenda globalmente a criança.

Como qualquer outro conteúdo pedagógico o professor deve iniciar o diálogo a partir das vivências concretas de seus alunos a respeito das pessoas com deficiência. Se conhecem alguém portador de deficiência? Quem é essa pessoa? como se relacionam com ela? Que tipo de sentimentos ela lhes desperta? O que achariam de ter colegas com deficiência na classe?. Assim, por meio de uma atitude de respeito da parte do professor, os alunos poderão tê-lo por modelo e agir de forma mais adequada na convivência com um colega com deficiência.

A escola regular deverá facilitar assim, ao educando portador de deficiência sua participação em atividades curriculares ao sistema regular de ensino junto ao educando, o qual não apresenta nenhuma deficiência visando a sua integração social, temporal e instrucional. Nesse caso estão os alunos menos comprometidos.

2.4 AVALIAÇÃO

Devem ser considerados nesse aspecto as diversas deficiências de interação linguagem e comunicação. "É básico que a programação psicopedagógica a ser traçada para esta criança esteja em suas necessidades". (Soriano, Eunice M. L., 1993, pg. 13).

É preciso que haja uma observação do aluno, a fim de que, se possível, possam ser conhecidos os canais de comunicação que são mais receptivos a uma estimulação, pois existem casos, onde a criança responde mais a estímulos visuais do que auditivos, ou ter mais sensibilidade a estimulação tátil do que a verbal.

Para traçar um procedimento de avaliação, o professor precisa definir seus objetivos e a maneira de poder atingi-los, demarcando se a meta da avaliação é: a de determinar o nível de funcionamento para planejar um programa educacional apropriado ao PNE's; ou a de considerar as condições de ele acompanhar um programa de classe comum. No primeiro caso, a avaliação estará voltada para o progresso individual; a partir de objetivos previamente delimitados por um programa de ensino especial. No segundo caso, estará voltada à comparação das realizações do indivíduo PNE's às dos alunos da classe comum.

Pensar sobre as formas de avaliação poderá ajudar o professor a refletir sobre sua própria ação, esclarecer para si mesmo se o que busca com a avaliação é a conformidade das respostas do aluno ao que é ensinado, ou o conhecimento de como o aluno elabora as informações dadas.

De acordo com a proposta curricular da classe Especial DM, a avaliação deve englobar uma série de procedimentos, onde inicialmente o professor deverá coletar o máximo de informações a respeito das experiências já vivenciadas pelos alunos. Estas se tornam muitas vezes indicadoras, para uma dosagem correta e ponto de partida das situações de ensino-aprendizagem. Esta fase inclui, atividades necessárias à formulação do Perfil do Aluno, que podem variar entre: conhecimento do dossiê, contato com os pais e/ou responsáveis, observação direta do aluno, conversação exploratória, realização de atividades pedagógicas (jogos, grafismo, etc), a fim de detectar o período de estudo, que o aluno deverá ser enquadrado.

Cabe ao professor, constatar se os objetivos preestabelecidos foram alcançados, tanto em nível pessoal como em nível do conteúdo. Deve fornecer dados, para que juntos possam aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem. Este procedimento pode ser desenvolvido através de atividades variadas como: pesquisa, coleta de materiais, ditados, leituras informativas, exposições, dramatizações, confecções de materiais diversificados, confecções de murais, relato de impressões e outras decorrentes da criatividade do professor, interesse dos alunos e recursos disponíveis na escola. Assim, o professor estará também desenvolvendo a Avaliação Qualitativa do desempenho evidenciado pelo aluno.

A avaliação final, envolve a observação do alcance de 80% (oitenta por cento) dos

objetivos propostos, os conhecimentos adquiridos e o comportamento apresentado pelos alunos durante o processo, envolvendo: observação direta, trabalhos escritos, testes (que não devem ter o fim exclusivo de nota), relatório individual dos alunos, auto-avaliação, etc...

O resultado do desempenho do aluno, deverá ser expresso em registro diário de observações, auto-avaliação, relatório de desempenho do aluno e ficha de acompanhamento escolar (boletim).

2.5 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - 9394/96, cap. V, Título VI, Art. 61, anuncia:

“A formação de profissionais da educação de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e de cada fase do desenvolvimento do educando terá como fundamento:

I. A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II. Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.”

A atual realidade da formação dos professores que trabalham diretamente na Educação Especial em Parauapebas pode ser verificada nos quadros abaixo esquematizados.

QUADRO IV

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES (ESCOLA CHICO MENDES, CEDERE I E PALMARES II)				
QTDE	PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	CURSO	C. HORÁRIA
01	COORDENADORA	Adic. Ed. Espec.	DA/DM	915 h
01	PROFESSORA	Adic. Ed. Espec.	DV	915 h
	PROFESSORA	Magistério		

DA – Deficiência auditivo

DM – Deficiência mental

DV – Deficiência visual

A APAE de Parauapebas atende pessoas com deficiência / excepcionalidade com

maior grau de dificuldade de ingressar no ensino regular. Esses deficientes, hoje em número de 25, necessitam mais especificamente de estimulação física, sensorial e afetiva.

O atendimento é feito nas seguintes categorias: síndrome de Down, deficiência mental severa, e deficiência múltipla.

QUADRO V

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES (APAE)

Quantidade	Profissionais	Formação	Curso	Carga Horária
01	Coordenadora	Adic. Ed. Espec.	D.A., D.M.	915
02	Professora	Magistério	D.M.	300

A APAE conta com a colaboração de pessoas voluntárias da comunidade e com o acompanhamento dos pais dos alunos da educação precoce.

* O projeto SORRI reabilita os PNE's, integrando-os no mercado de trabalho, atende atualmente 40 deficientes dos quais 03 já são funcionários da Câmara Municipal de Vereadores, 01 trabalha na Casa da Roça (loja comercial), e os demais desenvolvem trabalhos artesanais, corte e costura e serigrafia na própria entidade. Tem em seu quadro uma gerência executiva com magistério e curso de 300 horas na área e atuantes voluntários. Ressaltamos que todos os colaboradores destas instituições são funcionários cedidos pela Fundação de Educação do Município de Parauapebas – FUMEP.

Após este mapeamento de dados quantitativos, que consideramos bastante significativo para apontar questões relevantes a serem discutidas, queremos ressaltar alguns aspectos que merecem destaque.

* Inadequação e insuficiência do espaço físico, carência de material e de equipamentos para atendimento especializado, dificultando o atendimento das reais necessidades dos PNE's;

* Insuficiência de investimentos nos planejamentos das ações por parte do governo como: acompanhamento sistemático de profissionais na área médica (Fisioterapia, Psicólogo, Assistente Social, Fonoaudiólogo, Neurologista e Pediatra);

* Falta de transportes adequados que permitam o acesso dos PNE's às instituições afins;

* Falta de informação à comunidade sobre às necessidades especiais do deficiente, bem como a falta de orientação da família a respeito, inclusive a inexistência de uma

política educacional voltada para a área;



* Falta de informações e esclarecimentos relativos às necessidades educacionais de portadores de deficiência, condutas típicas e altas habilidades por parte das professoras de outras escolas, sejam municipais, estaduais ou particulares; assim como a identificação tardia ou não identificação da deficiência, prejudicando a eficácia do atendimento especializado que deve ser iniciado o mais precocemente possível.

CAPÍTULO II

PARTE I

JUSTIFICATIVA

“Num mundo em que as atenções desligadas do elitismo perdem terreno, em virtude das principais discriminações existentes na sociedade, o aparecimento de preocupações sob a forma de estudo reagindo a essa tendência, leva os educadores de uma forma geral, à necessidade de incorporarem-se ao movimento através do aplauso.”

(Rosadas, 1991, p.5)

O presente trabalho surgiu da necessidade de esclarecimentos, subsídios teóricos e sugestões de atividades que poderão ampliar as oportunidades educativas especiais no Município de Parauapebas, emancipado em 1988, o qual se encontra distante dos grandes centros, onde as pesquisas fluem com rapidez e as ações práticas tornam-se mais concretas pela proximidade das instituições ligadas ao problema em questão.

Rosadas, (idem) afirma:

“É preciso encarar urgentemente a criança deficiente como uma criança normal, pois o que as faz deficientes é a nossa forma diferente de atuar, vê-las, de desacreditar e de diminuir suas potencialidades.”

Este enunciado vem identificar-se com o trabalho que aqui apresentamos na certeza de que a séria pesquisa teórica e o levantamento das necessidades reais no município de Parauapebas, venham contribuir para implementar com maior vigor todas as iniciativas que venham a ser tomadas nessa área.

Vale salientar o interesse do grupo em tornar-se agente transformador da hipotética situação observada, proporcionando discussões e identidades que tragam à tona questões com as quais autoridades competentes compartilhem as ações rumo a novos caminhos

CAPÍTULO II

PARTE II

PROBLEMÁTICA

Em levantamento realizado junto à Escola Chico Mendes. Através da diretora Márcia Guedes, verificamos a existência de 09 salas destinadas à Educação Especial, onde no ano de 1999 estão sendo atendidas 98 crianças. Escola esta pertencente a rede municipal onde funcionam classes especiais.

Além das salas de aula na Escola Chico Mendes, Escola do Bairro Cedere I e Escola da Palmares II, existem no município a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - e o projeto - Sociedade de Reabilitação e Reintegração de Pessoas com Deficiência - SORRI, sendo estas as instituições que atendem a clientela de educandos PNEE's.

A APAE atende pessoas com deficiência desde o seu nascimento e a SORRI destina-se a fornecer qualificação profissional aos alunos deficientes acima de 14 anos.

No total, até o momento da pesquisa estão sendo atendidas 201 pessoas nas três instituições, assim distribuídas:

QUADRO VI

Escola Chico Mendes – 98 alunos

Quantidade de alunos por sala	
Salas D. Visual	4
Salas D. Auditivo	10 a 12
Sala D. Mental	10 a 12

QUADRO VII

APAE – 25 alunos

Quantidade de alunos por sala	
Salas D. Visual	5
Salas D. Auditivo	10
Sala D. Mental	10

QUADRO VIII

SORRI – 78 alunos

Oficinas desenvolvidas	
Corte costura	O número de alunos por sala não é determinado
Artesanato	
Silk screen	
Treinamentos	
Office boy	O número de alunos por sala não é determinado
Secretária	

QUADROS IX, X, IX e XII

Quadro da estimativa estatística por amostragem

Estimativa para todos os 29 bairros de Parauapebas	
Por acompanhamento médico	
Sim = \cong 94 PNE's	Corresponde à: 39% dos PNE's
Não = \cong 147 PNE's	Corresponde à: 61% dos PNE's
Por escolaridade	
Sim = \cong 94 PNE's	Corresponde à: 39% dos PNE's
Não = \cong 147 PNE's	Corresponde à: 61% dos PNE's
Por renda mensal familiar	
Até 2 salários = 63 PNE's	Corresponde à: 26,31% dos PNE's
Até 1 salário = 102 PNE's	Corresponde à: 42,10% dos PNE's
Menos de 1 salário = 13 PNE's	Corresponde à: 5,26% dos PNE's
Sem salário = 63 PNE's	Corresponde à: 26,31% dos PNE's
Por pessoas que sabem ou não da existência da:	
SORRI = Sim = 38 PNE's	Corresponde à: 15,78% dos PNE's
Não = 178 PNE's	Corresponde à: 73,85% dos PNE's
APAE = Sim = 76 PNE's	Corresponde à: 31,53% dos PNE's
Não = 140 PNE's	Corresponde à: 58,09% dos PNE's

ANÁLISE DE DADOS

Através de dados obtidos constatamos cinco pontos que estão a exigir mais atenção na discussão acerca da situação da Educação Especial no Município de Parauapebas. Estas questões serão destacadas:

- a) O desconhecimento da população estimada acerca das instituições que prestam algum atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais é considerável, 73% ignora os serviços prestados pela SORRI e 58,09% os da APAE (quadro XII). Tal desinformação pode acarretar inúmeras conseqüências, sendo inclusive possível uma relação direta entre este aspecto e o seguinte;
- b) Apenas 39% da população de portadores de necessidades educativas especiais são atendidas pelas instituições existentes, ficando 61% sem receber qualquer atendimento especializado. Fora portanto das instituições destinadas a atendê-los. (quadro X: escolaridade);
- c) As condições sócio-econômicas a que estão submetidos é bastante precária. Apenas 26,31% das famílias todas possui uma renda de R\$ 260,00, enquanto 71,67% apresenta-se na faixa de renda igual ou inferior a R\$ 130,00. Tal condição constitui-se por si só entrave ao acesso aos serviços básicos de saúde e educação. Esta faixa numerosa de pessoas encontra-se limitada em seus direitos dado sua condição social sendo a que teria prioridade para atendimento.
- d) O número de profissionais atuando nesta área é insuficiente para realizar um trabalho efetivo, que venha atender o que emana a perspectiva da Educação Inclusiva. O limitado número de educadores com formação em educação especial está restrito a Z na rede pública municipal (quadro IV) e Z na APAE (quadro V). Diante desta situação fica quase impossível atender aos preceitos constitucionais e à Lei de Diretrizes e Bases.
- e) Precariedade de recursos materiais, tal como humanos, observados na insuficiência de espaço físico, equipamentos, material de consumo que são necessários ao desenvolvimento de atividades que permitam aos portadores de necessidades educativas especiais aperfeiçoar seu potencial e desenvolver habilidades.

Deste modo concebemos que forma mais imediata de atacar tais problemas exigem ações urgentes que podem ser obtidas a curto prazo. Assim para minimizar os efeitos dos aspectos negativos que tais questões podem acarretar, consideramos ser urgente as seguintes ações:

Desencadear uma campanha de informação junto à comunidades, visando esclarecê-la quanto às características dos portadores de necessidades especiais. Quem são? Como podem ser identificadas? O que precisam para se desenvolver? Informar, principalmente, dos

serviços disponíveis a nível local e dos procedimentos para conseguir obtê-los. Tais informações podem ser veiculadas por estações de rádio e televisão locais, em palestras nas escolas da comunidade que não atendam PNEE's, em associações de bairro, clubes de mães, pastorais, enfim, em todos os segmentos que permitam a divulgação eficiente dos direitos dos portadores de necessidades educativas especiais e de como alcança-los.

Tal campanha atingirá os três primeiros pontos levantados em nossa análise, trazendo benefícios à população mais distanciada dos serviços básicos proporcionados e previstos pelas políticas públicas, fundamentais à população.

As questões envolvidas nos aspectos d e e desta análise, dizem respeito à formação de recursos humanos e materiais que só serão atacados mediante medidas sérias de projetos de capacitação de quadro docente para atender à clientela diversificada da educação especial e da destinação de recursos financeiros para aquisição de equipamentos básicos necessários para o desenvolvimento adequado de suas potencialidades.

Ressaltamos, entretanto, como fundamental a capacitação de educadores por entendermos que esta meta desencadeará as condições básicas decorrentes. Sem ela não é possível conceber a própria educação especial uma vez que o educador ficará a mercê de seu interesse pessoal, entretanto, desprovido dos instrumentos que lhe permitam consolidar a prática educacional e o aprimoramento dos processos de aprendizagem e desenvolvimento nela envolvidos. Por isso destacamos a formação de educadores como ponto prioritário, merecendo uma discussão um pouco mais aprofundada.

CAPÍTULO III

CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS

Ações básicas a serem criadas para concretização dos objetivos:

- Realizar juntamente com a direção municipal e profissionais de saúde uma campanha junto à comunidade local, para despertar o interesse desta, pelas maneiras de prevenção da deficiência em outros membros da família ou da comunidade.

Para isso, sensibilizaremos as autoridades locais, sobre a importância da prevenção primária, voltada para a comunidade em geral, com o objetivo de diminuir a incidência de doenças e acidentes que possam ser causadores de deficiência. Pois estas dependem prioritariamente, de ações políticas que viabilizem a implantação de programas preventivos garantidos em dispositivos legais, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, as medidas voltadas para a prevenção primária podem ser assim esquematizadas:

- Condições de saneamento básico;
- Cuidados especiais em regiões de risco radiativo;
- Planejamento familiar;
- Aconselhamento genético pré-natal;
- Acompanhamento da gestação (saúde e nutrição materna);
- Diagnóstico pré-natal;
- Atendimento médico-hospitalar de qualidade na situação de parto;
- Atendimento de qualidade ao recém-nascido;
- PKV (teste do pezinho);
- Serviços de puericultura adequados (que incluem as campanhas de vacinação);
- Prevenção de acidentes domésticos

A prevenção secundária se refere às ações que reduzem a duração dos problemas já existentes, ou reverterem seus efeitos. Devendo ser destinada às pessoas que já apresentam uma condição de deficiência, ou manifestam problemas que, se não receberem atendimento adequado, podem resultar em deficiência.

Esse tipo de atendimento deverá ser feito por meio de programas destinados a conter a evolução de doenças capazes de causar deficiência, ou então por meio de programas de estimulação destinados a minimizar os agravos provocados por um quadro de deficiência.

As ações de prevenção secundárias:

- Diagnóstico precoce;
- Programas que incluem dieta;
- Para crianças com finilcetonúria;
- Programas de estimulação precoce, etc.

A prevenção terciária se dirige às pessoas que já vivem a condição de deficiência mental. Tem por objetivo possibilitar o pleno desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, diminuindo as eventuais defasagens provocadas por sua condição. Tais ações incluem o atendimento clínico e o atendimento pedagógico (pré-escolar, escolar, de preparação para o trabalho, etc).

CAPÍTULO IV

CONCLUSÃO

“Ao nosso ver, este epílogo indica apenas que chegamos ao topo de uma pequena colina, de onde podemos contemplar, com espírito crítico, o percurso já realizado e analisar, com maior clareza, o caminho que nos levará, com segurança, à meta almejada.” (Pedro Roberto Cruz Botte, Editor e redator responsável da “La Voz”, órgão oficial do Conselho Latino Americano da Organização Mundial de Pessoas com Impedimentos (OMDPI)).

Tivemos a chance de resgatar, com o nosso trabalho de pesquisa, o histórico da Educação especial em nosso país, respaldado num esforço sério de concretizar um antigo sonho da equipe, que deverá transformar-se em ações de justiça, em objeto de reflexão, tanto por parte dos órgãos oficiais com nosso município, como também, por parte da comunidade de Parauapebas.

Ressaltamos, através do censo (por amostragem) o quanto é preciso o atendimento às crianças portadoras de necessidades especiais em nossa cidade, no que diz respeito ao número de salas de aulas, às instalações das instituições privadas e principalmente, ao diagnóstico precoce e acompanhamento médico e pedagógico dessas crianças.

É importante destacar a qualidade do atendimento já existente, por parte dos educadores, dos dirigentes e dos voluntários, que num esforço inigualável, conseguem minimizar os problemas existentes, atenuando as naturais dificuldades para implantar um efetivo projeto destinado à Educação Especial que consiga atingir todas as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Isso acontece em todo o nosso país, mas não podemos desistir. É importante continuar este trabalho, já digno de constar em um trabalho sério de pesquisa universitária.

O embasamento teórico da proposta curricular para os portadores de deficiência mental está alicerçado na realidade amazônica e já está sendo implantada em Parauapebas.

Apontamos as ações primárias, secundárias e terciárias declaradas pela OMS, com enfoque primordial na prevenção das deficiências, no intuito de propor um planejamento a ser realizado pelos órgãos oficiais e posto em prática em breve espaço de tempo pelas instituições oficiais e particulares.

As dificuldades encontradas na realização da nossa proposta foram muitas, entre elas: a dificuldade do grupo em realizar o censo, por motivo de estarem todo os integrantes trabalhando em tempo integral; o acesso às famílias em Carajás, (não conseguimos os endereços); a distância entre o grupo e sua orientação (Carajás/Belém); entre outras.

Em contrapartida, recebemos apoio das equipes da Escola Chico Mendes, da APAE e da SORRI, que nos presenteou com um magnífico acervo bibliográfico, no qual o nosso trabalho está alicerçado.

Acreditamos ter atingido nosso objetivo, com certeza não na perfeição que deveria existir em todo Trabalho de Conclusão de Curso, mas seguimos rigidamente os objetivos citados em nosso projeto.

Realizamos nosso diagnóstico e o censo, analisamos os resultados obtidos e propusemos ações que consideramos de grande importância para a Educação Especial em Parauapebas.

Contamos, a partir de agora com a ajuda dos órgãos oficiais, com o comprometimento da classe médica e da comunidade de Parauapebas, para que os percentuais de atendimento cresçam significativamente, e a prevenção das deficiências seja posta em prática.

Desejamos que a citação abaixo possa gerar um impulso para o progresso e a justiça em direção aos Portadores de Necessidades Especiais, em particular aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais.

“Para essa tarefa inadiável, a mais grandiosa para a qual foi convocada a humanidade desde o começo de sua história, conclamamos, hoje, todos os homens de boa vontade.” (idem, autor da 1ª citação da conclusão).

ORAÇÃO DO EXCEPCIONAL



Meu Pai, tu que me criaste como teu filho, ajuda-me.
Sou dependente, pequeno para alguns, grande porém a teus olhos.
Senhor, sou cheio de deficiências. Mas eu preciso de uma oportunidade.
Não pela compaixão. Não desejo pena. Quero a meu modo colaborar.
Não importa o lugar a mim destinado na construção, desde que ajude a erguê-la.
Não me destes muitos talentos, mas o que possuo, farei frutificar.
Senhor, faze que me encarem como uma pessoa, um irmão.
Desejo dar aos outros o amor que de mim brota e que, as vezes,
não sou capaz de demonstrar.
Ajude-me a viver como uma pessoa digna e honesta.
Ensina-me a trabalhar pelo engrandecimento do meu País.
Ajude-me a mostrar nos olhos a pureza e a gratidão por existir.
Ainda que fraco possuo a força de querer vencer.
Faze-me digno daqueles que confiam em mim e estão dispostos a me ajudar,
para tornar-me árvore. Mas mais tarde oferecerei sombra.
Senhor, quero ser útil aos outros. Talvez não posso falar mais quero sorrir.
Talvez não ouça, mas possa cantar. Talvez não possa ver, mas possa cantar.
Talvez não possa ver, mas acariciar com minhas mãos sinceras.
Talvez eu não consiga aprender muito, mas saberei amar.
Senhor, faço-te um apelo: Não desperdices a minha vida!
Ajuda-me a desenvolver o máximo minhas potencialidades, a expandir meus horizontes.
A ter um lugar ao sol. Lembre-te que disseste: *deixai vir a mim os pequeninos...*
Quero ir ao teu encontro Senhor!

BIBLIOGRAFIA

- A educação especial do deficiente mental / Darcy Raiça, Maria Teresa Baptista de Oliveira _ São Paulo: EPU, 1990.
- ALMEIDA, Marli. Avaliação Histórica no Brasil, da Tutela à Cidadania, 1997, Belém, PA.
- BEREOHFF, Ana Maria P.
- BRASIL. MEC. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, 1994.
Brasília: CORDE, 1996.
- BUENO, José Geraldo Silveira
Cadernos da TV Escola, Educação Especial. ISSN.
Coleção Educação Especial, Federação Nacional das APAE'S. Volume 1, 1993.
de Educação à Distância, 1998. 96 p.
- Deficiência mental. Deficiência física _ Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria FERREIRA, Júlio Romero
Guia de Deficiências e Reabilitação Simplificada: para crianças e jovens portadores de deficiência, famílias, comunidades, técnicos de reabilitação e agentes comunitários de saúde / David Werner _ Brasília: CORDE, 1994.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Editora Saraiva.
- MASINI, Elcine F. Salzano. in ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. Em Aberto, Brasília, ano 13, nº 60, out/dez 1993.
- NUNES, Leila Regina D'Oliveira de Paula
Programa de Ação Mundial para as pessoas com deficiência / Tradução: Edilson Alkmen da Cunha.
- RAIÇA, DARCY.
Texto na íntegra
- WERNER, David.